

## ATA Nº 9

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de **dois mil e quinze** pelas nove horas teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho a Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, cuja convocatória, datada do dia dez de fevereiro de dois mil e quinze, constava seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

**I – Período de Intervenção do Público.**

**II – Período de “Antes da Ordem do Dia”.**

**III – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:**

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS;
2. ACORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE VALENÇA E AS ÁGUAS DO NOROESTE, S.A;
3. ADENDA AO CONTRATO DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM A EMPRESA SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. - AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL;
4. PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE VÁRIOS POSTOS DE TRABALHO – RENOVAÇÃO;
5. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alberto Luís de Oliveira Vilas** após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar. Deu as boas vindas a todos os presentes, àqueles que já costumam estar e àqueles que vêm em regime de substituição, desejando um trabalho profícuo para todos. -----

Pela Mesa foi verificada, para além das **faltas** dos Srs. Deputados **Rui Miguel Araújo Ferreira e Jorge de Moura Rodrigues**, a **substituição** de alguns membros deste órgão que através de declaração escrita fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Srs Deputados Américo Luís Melim Mendes Cardoso, Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez, Luís Manuel Gomes Amorim, foram **substituídos** pelos Srs. Deputados Ana Raquel Sanches, José Augusto Esteves e Avelino Gonçalves, respetivamente, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista. -----

Assim verificadas as **faltas e substituições**, a sessão contou com a presença dos seguintes Deputados: -----

Alberto Luís Oliveira Vilas; José Manuel Bastião Veríssimo; Elisabete Frade Lopes Viana; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da Conceição Costa Correia; António Manuel Soares Pereira; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal Araújo; Sebastião António Silva Alves; Cristóvão Amorim Pereira; Ana Raquel Soares Sanches; Avelino António Oliveira Marinho; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Avelino Gonçalves; José Augusto Esteves; José António Lopes Nogueira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Mário Manuel Guimarães Cruz; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel Martins Gonçalves; José Miguel da Silva Abreu; Manuel António Soares Brito; Francisco José Rodrigues Romeu; Manuel Nogueira Afonso; António Lima Sousa; Fernando

Aprício Gonçalves Fernandes; José Augusto Alves Areias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira; José Manuel Montenegro Roda. -----

## I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente da Mesa**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se verificando qualquer inscrição. -----

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando inicio ao período de antes da ordem do dia, O **Sr. Presidente da Mesa Alberto Vilas** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, José Manuel Bastião Verissimo** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido de 28 de novembro de 2014 a 26 de fevereiro de 2015. Informou de igual modo, que toda a documentação se encontra à disposição dos Srs. Deputados no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício do Arquivo Municipal.-----

Prosseguindo, os Membros foram informados do envio do projeto da ata n.º 8 para a respetiva apreciação, sendo que, após respetiva análise, as correções solicitadas tinham sido contempladas. -----

Neste sentido, o **Sr. Presidente da Mesa** procedeu à abertura ao período da discussão da ata n.º 8 de acordo com as disposições regimentais, tendo-se verificado as seguintes inscrições:--

- Do **Sr. Deputado José Nogueira** para referir que se os membros deste órgão fizeram apores à ata não o deviam ter feito, dado ser uma competência de quem a subscreve. Seguidamente, para fazer um reparo em relação à ata em apreço, considerando-a demasiado extensa quando a própria lei prevê que deverá ser um resumo do que de essencial se tiver passado na sessão. -----

Finalizada a intervenção do Sr. José Nogueira, o **Sr. Presidente da Mesa** referiu que efetivamente a responsabilidade da ata é de quem a subscreve e que tudo tem feito para que a mesma retrate resumidamente tudo quanto nessa sessão se passou, tendo ficado registado o reparo e colocou-a a votação. -----

Assim, a Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por maioria**, aprovar a ata n.º 8, referente à sessão ordinária realizada, no dia 28 de novembro de 2014, num universo de **28 votantes, 4 (quatro) abstenções** dos Srs Deputados Ana Tomé, José Esteves, Avelino Gonçalves e António Pereira, por não terem estado presentes na respetiva sessão e **24 (vinte e quatro) votos a favor**. -----

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que deram entrada na mesa a seguintes recomendações, que pela ordem de enumeração irão ficar transcritas em ata: -----

- **Grupo Municipal da CDU:**

- Casa Mortuária na extinta freguesia de Valença -----

**- Grupo Municipal do Partido Socialista:**

- Criação de uma Comissão Municipal de Apoio ao Idoso; -----
- Nomeação e Ativação do Conselho Municipal de Educação e Elaboração da Carta Educativa. -----

Antes de se proceder à leitura das recomendações, o **Sr. Deputado José Nogueira**, frisou que tinha por hábito receber uma cópia dos assuntos mais importantes, julga que seria de manter e até porque pela leitura da correspondência efetuada pelo Sr. Secretário não lhes indica o teor dos documentos apresentados pelos Partido Comunista e dos Verdes, bem como, também o envio do Boletim da ANMP. Termos em que solicita que aos líderes dos grupos municipais sejam facultadas cópias destes dois assuntos, bem como, que lhes continuem a ser facultadas cópias da correspondência recebida como habitualmente era feito. -----

Quanto ao explanado pelo Sr. Deputado José Nogueira, **Sr. Presidente da Mesa** entende que foi uma intervenção pertinente e informou que a mesa terá em consideração num próximo ato. Prossequindo e atendendo a que já se encontram disponíveis exemplares das recomendações, se irá proceder à sua distribuição, bem como, informou que se encontra disponível para consulta o processo referente ao contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos com a empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. -----

Após a distribuição por todos os membros da Assembleia Municipal dos documentos apresentados, deu início à leitura da recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU - Casa Mortuária na extinta freguesia de Valença, a **Srª. Deputada Cláudia Labrujó**. ----

**“Casa Mortuária na extinta freguesia de Valença**

A CDU – PCP de Valença vêm pela presente propor a esta Assembleia que se digne a aprovar a criação e /ou construção de uma Casa mortuária no centro urbano de Valença, uma vez que praticamente todas as freguesias em Valença têm Casa Mortuária.

Em todos estes anos nunca nenhum executivo se preocupou em que Valença tivesse um local condigno e apropriado com outro tipo de condições para quem ali se encontra a Velar os seus entes queridos.

De salientar que em Valença graças à boa Vontade do Nosso Pároco Padre José Maria Pereira do Vale os velórios têm sido efetuados nas capelas desta freguesia. Porém já estamos em tempo de resolver esta situação e criar então um lugar apropriado e condigno, sem credo ou doutrina.

Muitas vezes as crianças de 5 e 6 anos e até menos, ao acompanharem os Pais às missas dominicais e têm de estar num local onde se encontra um cadáver depositado, pelo que por si só não é de todo conveniente para crianças dessa idade.

Importante referir para que pese em decisão que a população residente em 2011 tinha a seguinte distribuição: Homens, 1590 – Mulheres, 1840, perfazendo um total de 3430 pessoas segundo dados apurados nos censos 2011. Valença, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, 27 de Fevereiro de 2015.”-----

De seguida, foi dada a oportunidade ao Partido Socialista de proceder à leitura da recomendação “Criação de uma Comissão Municipal de Apoio ao Idoso”, tendo sido efetuada pela **Sra. Deputada Ana Tomé**. -----

**“Criação de uma Comissão Municipal de Apoio ao Idoso**

Os últimos tempos têm sido férteis em notícias relacionadas com situações que efectam a vida dos idosos, resultando da fragilidade que os atinge à medida que a idade avança.

Assim, temos visto na comunicação social inúmeras ocorrências como assaltos violentos, assassinatos, burlas, maus-tratos por familiares, entre outras que atentam contra a integridade dos nossos idosos, que merecem um final de vida tranquilo e feliz e, ao invés, sofrem estes atentados contra a sua dignidade.

Sucedem-se episódios desta índole por todo o país, e mesmo num concelho tranquilo como o nosso, já todos tivemos certamente conhecimento deste tipo de problemas que apoquentam a faixa etária mais idosa.

As entidades e autoridades relacionadas com o apoio, protecção e defesa da população idosa têm sucessivamente desenvolvido programas que visam acompanhar os idosos, sobretudo os mais expostos e mais frágeis em situação de isolamento. Mas a verdade é que as dificuldades económicas que o nosso país e as famílias atravessam propiciaram um aumento destes episódios contra a população idosa.

Deste modo, acreditamos que o Poder Local e mais propriamente as autarquias e as juntas de freguesia devem ter um papel activo na elaboração e na aplicação de programas que tenham como objectivo a valorização, o acompanhamento e a protecção dos mais idosos. É certo que a rede Social do Município de Valença, constituída pelo Conselho Local de Acção Social e pelo seu Núcleo Executivo têm um âmbito alargado de atuação nas questões relacionadas com o desenvolvimento social do concelho, no entanto carece de uma equipa multidisciplinar que tenha um papel específico e exclusivo as questões relacionadas com os idoso e a 3ª idade, que são actualmente as maiores preocupações no âmbito social fruto do envelhecimento da nossa população.

Consequentemente e considerando o atrás exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista de Valença, propõe a criação de uma Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, a ser incluída, por questões operacionais, na rede Social do Município de Valença, onde se encontram as entidades públicas, sociais e de segurança que devem ter uma intervenção directa nas temáticas da 3ª idade.

A Comissão Municipal de Apoio ao Idoso consistirá numa equipa de trabalho multidisciplinar que pugnará pela promoção dos direitos e a prevenção e combate a situações de exclusão da população idosa do concelho de Valença, tendo como objetivos:

1. A melhoria das condições de vida e a promoção dos direitos dos idoso;
2. O Combate à exclusão social na população idosa;
3. A prevenção e a atuação em situações que atentem à segurança, bem – estar e saúde dos idosos;
4. a manutenção do idoso na sua habitação e meio natural em condições de segurança;
5. A criação de condições para o estabelecimento de relações com os outros idoso, com a sua família e com a comunidade onde se inserem;
6. A sensibilização da vizinhança e da comunidade local para a necessidade de protecção e de acompanhamento dos idoso;
7. Sinalizar e proteger os idosos alvo de maus tratos ou comportamentos que atentem contra a sua integridade física e psicológica, criando equipas que acompanhem as situações sinalizadas;
8. O desenvolvimento de campanhas de sensibilização junto da população mais idosa, precavendo-os para as burlas, os assaltos e outras situações aproveitadas por terceiros explorando a fragilidade da 3ª idade;

A Comissão Municipal de Apoio ao Idoso deverá ter na sua composição a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, o Serviço Local da Segurança Social, a Guarda Nacional Republicana, o Centro de Saúde de Valença, e a Santa Casa da Misericórdia de Valença, podendo e devendo ter a colaboração de todos os restantes integrantes da Rede Social do Município de Valença.

Esta Comissão deverá reunir com uma periodicidade a definir (por exemplo mensalmente) ou extraordinariamente sempre que exista uma situação urgente sinalizada, para analisar todas as denúncias por si recebidas, fazendo o acompanhamento da situação denunciada apresentando propostas de intervenção para a resolução da mesma.

As denúncias de situações de risco deverão se efetuadas pelo próprio idoso, por familiares ou vizinhos, pelas entidades policiais, pelos estabelecimentos de saúde e pelas demais instituições e entidades sociais através de contactos disponibilizados para o efeito pela Comissão.

O Grupo Municipal do partido Socialista de Valença entende que a dignidade da vida humana, sobretudo nas idades mais avançadas, merece toda a determinação e empenho para encontrar soluções e respostas aos

problemas dos idosos, tendo o Poder Local uma grande preponderância para a concretização desta legítima aspiração para a nossa sociedade. Consideramos por isso a criação da Comissão Municipal de Apoio ao idos um passo importante para a abordagem concreta aos problemas próprios da população idosa do nosso concelho. Valença, 27 de Fevereiro de 2015. Os deputados Municipais subscritores desta proposta”. -----

Por fim, procedeu à leitura da recomendação **“Nomeação e Ativação do Conselho Municipal de Educação e Elaboração da Carta Educativa”**, o Sr. Deputado **Óscar Silva**. -----

#### **“Nomeação e Ativação do Conselho Municipal de Educação e Elaboração da Carta Educativa**

O Decreto – Lei nº 7/2013, de 15 de Janeiro, e as posteriores alterações constantes na Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, e a Lei nº 6/2012, de 10 de Fevereiro, regulamentam os Conselhos Municipais de Educação e aprovam o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

A verdade é que o Município de Valença não cumpriu a lei e Conselho Municipal de Educação continua inactivo, razão pela qual os vereadores do Partido Socialista vêm, sucessivamente, desde o início do mandato, questionar sobre os motivos do não funcionamento deste conselho, tal como se pode comprovar nas actas das reuniões de câmara.

A resposta dada pelo executivo municipal tem sido sempre a mesma, da forma que passo a enunciar: “Não reunimos porque estamos a tratar da monitorização da carta educativa”. Pois bem, tendo em conta que a última carta educativa do nosso município data de 2006 e esta deveria, tal como o nº 3 do artº 20º do decreto – lei supra – referido prevê, ser revista pela Câmara Municipal e pelo Ministério da Educação, de cinco em cinco anos, constatamos que estará em falta a sua revisão desde 2011. ou seja, a última carta educativa existente no município é ainda a do tempo da governação do Partido Socialista nesta autarquia.

E prosseguindo numa análise ao Decreto – Lei 7/2003, de 15 de janeiro, concretamente ao seu artº 4º que define as competências dos Conselhos Municipais de Educação, verificamos que o acompanhamento do processo de elaboração e atualização da carta educativa é uma dessas competências, pelo que a falta da sua revisão ou monitorização não nos parece um argumento válido para a não constituição do referido conselho. Antes pelo contrário, o Conselho Municipal de Educação deve definitivamente ser nomeado e constituído para depois cumprir uma das suas competências que é precisamente o acompanhamento de todo o processo de revisão e elaboração de uma nova carta educativa, da responsabilidade da Câmara Municipal, bem como a sua discussão e parecer antes de ser submetida à aprovação pela Assembleia Municipal.

O Decreto – Lei citado estipula ainda no nº 1 do artº 7º que os Conselhos Municipais de Educação reúnam, ordinariamente, no início do ano lectivo e no final de cada período escolar. Significa isto que, feitas as contas, só no actual mandato estarão em falta, no mínimo, sete reuniões ordinárias, o que se deve obviamente ao facto do executivo municipal de Valença não ter até ao momento constituído e colocado em funcionamento o Conselho Municipal de Educação.

O Decreto – Lei 7/2013, de 15 de Janeiro, define ainda no seu artº 6º que o Conselho Municipal de Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara Municipal. Ou seja, o executivo municipal tem que dar o primeiro passo para o efeito com uma proposta para a sua constituição, facto que continua sem ocorrer.

Aliás, na reunião de Câmara do pretérito dia 12 Fevereiro foi proposto pelos vereadores do Partido Socialista o agendamento dum ponto específico para a nomeação e constituição do Conselho Municipal de Educação para a presente sessão da Assembleia Municipal, no entanto como podemos comprovar pela ordem de trabalhos, este assunto continua a ser adiado pelo executivo municipal não o trazendo à discussão e deliberação desta assembleia.

Concluimos pois, que o Município de Valença está a negligenciar a importância de um sector tão importante para o nosso concelho como a Educação, deixando ao acaso uma questão essencial como a nomeação Conselho Municipal de Educação e a revisão da carta educativa do município. Num momento em que o Governo contempla, entre outras, a municipalização da educação num processo camuflado de descentralização de atribuições e competências para os municípios, que mais não é do que uma delegação de competências que, em qualquer momento, podem ser reassumidas pela administração central do estado, fazendo das autarquias uma espécie de “tarefeiros” do centralismo vigente, exigem-se políticas publicas para educação que suscitem confiança e estabilidade, que devem ter o Conselho Municipal de Educação e a carta educativa como ferramentas indispensáveis.

Considerando tudo o acima exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista de Valença propõe que a Assembleia Municipal de Valença, reunida na sua sessão ordinária de 27 de Fevereiro de 2015, recomende ao executivo municipal de Valença uma célere e definitiva elaboração da carta educativa do concelho, assumindo que apenas com uma colaboração e trabalho em sinergia entre os Órgãos Autárquicos e o Conselho Municipal de Educação se poderá concretizar uma carta educativa que faça jus ao seu conceito de instrumento de planeamento e ordenamento dos edifícios e equipamentos educativos a localizar no nosso concelho com o intuito de satisfazer as necessidades das ofertas de educação e formação e de promover uma melhor utilização dos recursos educativos em Valença. Valença, 27 de Fevereiro de 2015. Os deputados municipais subscritores desta proposta.” -----

Terminada a leitura das recomendações apresentadas pelos partidos e tendo sido solicitado, pelo Partido Social Democrata, um intervalo para análise das mesmas, o **Sr. Presidente da Mesa** interrompeu a sessão para intervalo pelas 09h45m. -----

Deram-se inicio aos trabalhos às 10h03m, tendo o **Sr. Presidente da Mesa** dado a oportunidade de inscrição para debate da recomendação apresentada pela CDU, relativamente à casa mortuária, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Fernanda Sousa, José Nogueira e Inês Ferreira. -----

- Da **Sra. Deputada Fernanda Sousa**, a qual referiu que desde que tomou posse, na qualidade de Presidente da Junta da União de Freguesias de Valença, Cristelo – Covo e Arão, tem encetado diligências no sentido de proceder à aquisição de um terreno para a construção de uma casa mortuária em Valença. Contudo, frisou que o valor por m2 de um terreno que se situe em local estratégico é demasiado elevado e a falta de capacidade financeira da junta de freguesia para esse efeito, dificulta a sua viabilidade. Não obstante informou que as diligencias prosseguem para a referida aquisição, bem como, assim que existir viabilidade apresentarão proposta de construção e candidatar-se-ão ao apoio camarário para a construção da referida Casa Mortuária. -----

- Do **Sr. Deputado José Nogueira**, tendo este começado por dizer que não é verdade que em todos estes anos nenhum executivo se preocupou em que a população tivesse um local digno e apropriado com outro tipo de condições para quem ali se encontra a velar os seus entes queridos, mas sim se deveu à falta de condições económicas. Mais referiu que não lhe parece correto que a freguesia do concelho tenha sido ultrapassada pelas restantes freguesias do mesmo, no que diz respeito a este assunto. Relembrou que quando foi assinado o acordo de execução entre o Município e as freguesias não existiam transferências para estes efeitos nem sequer reivindicação por parte da freguesia em questão. -----

- Da **Sra. Deputada Inês Ferreira** para tecer algumas considerações à proposta apresentada,

dizendo este género de iniciativas partem sempre dos Presidente de Juntas. Frisou que durante muitos anos os destinos da freguesia em questão estiveram a cargo de um autarca que pelas variadíssimas razões nunca apresentou qualquer proposta para a construção de uma Casa Mortuária. Acrescentou que se tivessem sido encetadas diligências nesse sentido ou que o venham a ser, a Câmara Municipal, à semelhança do apoio que efetuou noutras freguesias deste Concelho e para estes efeitos, poderá projetar e subsidiar dentro das suas possibilidades. -----

Por outro lado, para manifestar que não considera prioritário a localização estratégica para a implantação de uma Casa Mortuária, em Valença, deixando o entendimento de que Valença poderá, à semelhança do que acontece nos concelhos vizinhos, tendo exemplificado o de “TUI”, velar os seus entes queridos num local totalmente distante ao das celebrações das cerimónias fúnebres. -----

Por último deixou a proposta no sentido de que o Grupo Municipal da CDU altere a composição do 1º paragrafo da recomendação apresentada no sentido de que a Assembleia Municipal recomende à Câmara municipal a necessidade de construção de uma Casa Mortuária em Valença. -----

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** achou pertinente a observação efetuada à recomendação apresentada pela CDU tendo questionado da sua pretensão. -----

O **Grupo Municipal da CDU** concordou com a sugestão apresentada pela Sra. Deputada Inês Ferreira, pelo que se considera com a referida alteração, termos em que, onde se lê “A CDU – PCP de Valença vêm pela presente propor a esta Assembleia que se digne a aprovar a criação e /ou construção de uma Casa mortuária no centro urbano de Valença, uma vez que praticamente todas as freguesias em Valença têm Casa Mortuária” deve ler-se “A CDU – PCP de Valença vêm pela presente solicitar a esta Assembleia que se digne propor à Câmara Municipal a criação e /ou construção de uma Casa mortuária no centro urbano de Valença, uma vez que praticamente todas as freguesias em Valença têm Casa Mortuária”. -----

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a **recomendação** à Câmara Municipal da construção de uma **Casa Mortuária em Valença**, tendo sido num universo de **30 deputados, aprovado por unanimidade**. -----

Prosseguindo, o **Sr. Presidente da Mesa** procedeu à abertura de intervenções à recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista relativamente à Criação de uma Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, tendo-se inscrito a Sra. Deputada Aurélia Correia. -----

- Da **Sra. Deputada Aurélia Correia** para referir que o Grupo Municipal do PSD irá votar contra, sendo que este assunto já é uma preocupação da Rede Social do Concelho e ainda que têm conhecimento que irá ser criada uma Comissão Municipal de Apoio ao Idoso que em termos funcionais será mais eficaz e com capacidade de sinalização e monitorização de situações dos idosos.

No seguimento desta intervenção, o **Sr. Deputado Óscar Silva** pediu autorização ao Sr. Presidente da Mesa, para solicitar esclarecimentos, tendo sido acedido.

- Do **Sr. Deputado Óscar Silva** para, na sequência da intervenção da Sra. Deputada Aurélia

Correia, solicitar a indicação de onde conste no Regulamento da Rede Social do Município que o apoio aos idosos é uma competência específica desta, atendendo a que tem conhecimento do conteúdo do mesmo e nada diz a esse respeito. -----

- Da **Sra. Deputada Aurélia Correia** para proceder ao esclarecimento solicitado dizendo que a Comissão proposta em nada vem aportar ao Concelho dado que na Rede Social do Município já se encontram as entidades que propõe, as quais em conjunto resolvem os problemas com que o Concelho se depara nesta matéria.-----

Finalizadas as intervenções, **o Sr. Presidente da Mesa** colocou a recomendação para a criação de uma Comissão Municipal de Apoio ao Idosos a **votação**, tendo sido num universo de **30 deputados rejeitada, por maioria**, com 19 votos contra dos deputados do Grupo Municipal do PSD, bem como, dos Srs. Presidentes de Junta das Freguesias de Boivão, Cerdal S. Pedro da Torre, Ganfei, Gandra e Taião, Gondomil e Sanfins, Silva e S. Julião, Valença, Cristelo- Covo e Arão.

Prosseguindo na apreciação das recomendações, **o Sr. Presidente da Mesa**, questionou se havia inscrições à recomendação **“Nomeação e Ativação do Conselho Municipal de Educação e Elaboração da Carta Educativa”** apresentada também pelo Grupo Municipal do PS, tendo-se inscrito para a mesma os Srs. Deputados Óscar Silva e Inês Ferreira.-----

- Do **Sr. Deputado Óscar Ferreira** para reforçar o motivo que levou o Grupo Municipal de PS a apresentar esta proposta, acrescentando que têm conhecimento que é competência do executivo municipal a elaboração da carta educativa, bem como, que o Conselho Municipal de Educação tem o dever, nos termos do respetivo diploma legal, de acompanhar a elaboração dessa mesma carta. Considera que se entre os Órgãos Autárquicos e o Conselho Municipal de Educação do qual fazem parte entidades que têm conhecimento das necessidades educativas da população, existir sinergia se poderá efetivar uma carta educativa ajustada ao conceito e necessidades da população do Concelho. Motivo pelo qual consideram necessária a constituição do Conselho Municipal de Educação. -----

- Da **Sra. Deputada Inês Ferreira** para referir que para além da competência de elaboração da carta educativa ser da Câmara Municipal, a mesma se encontra em processo de atualização e que, no seu entender, como estão previstas alterações legislativas, se deveria aguardar a publicação das mesmas para que este documento seja o mais ajustado possível à realidade educativa da população.-----

Contudo parece-lhe que com a continua diminuição de população infantil neste concelho, Valença corre o risco de se ver obrigada a fechar mais escolas, no entanto, manifestou que o entendimento do Grupo Municipal do PSD é favorável à recomendação apresentada. -----

Finalizadas as intervenções à recomendação para **“Nomeação e Ativação do Conselho Municipal de Educação e Elaboração da Carta Educativa”**, **o Sr. Presidente da Mesa** colocou a mesma a votação tendo sido num universo de **30** deputados, **aprovado por unanimidade**. -----

Passando às **interpelações ao Sr. Presidente da Câmara**, registaram-se as seguintes



inscrições: Cláudia Labrujó, Fernanda Sousa, Francisco Romeu, Óscar Silva, Mário Cruz, Álvaro Gomes, José Nogueira, Raquel Sanches, Paula Natal e Inês Ferreira.-----

## INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

- Da **Sra. Deputada Cláudia Labrujó** para agradecer a limpeza e intervenção na conduta das águas pluviais efetuada junto ao Jardim Municipal. Seguidamente, alertou para a necessidade de dotar de melhor acessibilidade a rampa de acesso à passadeira existente entre o Jardim Municipal e o Café dos Galegos, na freguesia de Valença, devido à insuficiente inclinação para as pessoas portadoras de deficiência motora, bem como, para a necessidade de reparação de crateras nas vias dessa mesma freguesia provocadas pelo inverno. Também, se deveria proceder a intervenção em algumas ruas na freguesia de Cristelo – Côvo que ainda possuem ladrilho que com o mau tempo causam incomodo aos transeuntes. -----  
Aproveitou ainda, para frisar que a CDU tem recebido a documentação da Assembleia Municipal para análise, bem como, aquela que tem sido solicitada, agradecendo esse facto. ---  
Solicitou a resolução condigna, legal e ambiental a descarga de terras efetuada na zona do Cais, no troço de ecopista junto à Ponte “Eiffel”. -----  
Por último, solicitou informação sobre o andamento dos processo de empreendimentos reconhecidos por este órgão de relevante interesse municipal, como sendo o “Campo de Golf” e o “Parque Aquático”- Silva, atendendo à importância que os mesmos possam ter para este Concelho. -----  
Finalizando para, no seguimento do publicado no Jornal Valenciano, agradecer a decisão de substituição do Amianto nas Escolas, esperando que a disponibilização financeira para a execução da obra não seja tão demorada quanto para a sua decisão. -----

- Da **Sra. Deputada Fernanda Sousa**, para congratular-se pela iniciativa levada a efeito neste concelho do passatempo “SER+”, considerando-a interessantíssima, tendo solicitado informação sobre a sua autoria. -----

- Do **Sr. Deputado Francisco Romeu**, para corroborar a opinião da Sr<sup>a</sup> Deputada Fernanda Sousa relativamente ao passatempo “SER+”. Seguidamente para agradecer ao Município, Entidades e Associações que colaboraram mais uma vez nas celebrações do São Teotónio. Prossequindo a sua intervenção informou que nestes próximos dias se encontrará disponível um Parque Bio-saudável na Ecopista, Junto à antiga Estação de Ganfei, deixando o convite à pratica de desporto no mesmo. -----

- Do **Sr. Deputado Óscar Silva**, para questionar, na sequência da Diretiva emitida pelo Conselho Europeu, através do qual impõe a proibição da pesca artesanal, se este Município já tem posição definida e se dela deu conhecimento à Ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, bem como, se obteve resposta da Tutela e se o Governo se empenhará na resolução deste problema. Mais referiu que esta proibição, a cumprir-se, irá prejudicar a pesca artesanal efetuada pelos pescadores do Rio Minho em particular e, a economia do Alto Minho em geral. -  
Seguidamente, para solicitar esclarecimentos, quanto ao fato de o Sr. Presidente da Câmara Municipal, numa entrevista efetuada pela “Vale Mais”, em matéria de ordenamento e gestão de território, ter mencionado possíveis demolições, nomeadamente, no “Edifício Lepanto” e um outro, o “Bruxelas”. Solicitou diversas informações, a saber: sobre o ponto em se encontram as negociações; se a decisão de demolição começa a estar contemplada por este Município;

se já foi contabilizado o impacto financeiro e eventualmente social e, se será compensador face aquilo que o Sr. Presidente refere como interesse publico para o nosso concelho.-----  
Por último para questionar da política de utilização dos veículos do Município, porque lhe consta que estão a ser utilizados para fins que não aqueles para os quais se encontram destinados, que é o serviço publico. Ainda a este respeito e em jeito de crítica, referiu que para um Município que apregoa que a sua principal virtude é o rigor da gestão, custa-lhe a compreender, assim como, ao comum dos Valencianos, que os impostos que pagam que, em parte, servem para assegurar os gastos com estas viaturas, sejam utilizadas para fins que nada tem a ver com interesse publico nem como o mandato político para o qual foram eleitos.

- Do **Sr. Deputado Mário Cruz**, para questionar o motivo pelo qual a Câmara Municipal ainda não procedeu à entrega do Equipamento de Proteção Individual recebido da CIM – Alto Minho Por último para, embora saiba que é da competência da EP, voltar a solicitar a limpeza do painel publicitário indicador das velocidades nas estradas, atendendo a que ainda não foi efetuada. -----

- Do **Sr. Deputado Álvaro Gomes**, para dizer que entende que as comemorações de São Teotónio, sejam religiosa ou oficial, se deveriam realizar algumas vezes na freguesia de Valença, independentemente de o Santo estar adstrito a Ganfei, pois considera que, como se celebram sempre no mesmo local começa a achar que o centro de Valença é Ganfei. -----  
Para questionar, na sequencia da atribuição de algumas competências ao Município em matéria de Saúde, no que diz respeito a serviços e unidades, se efetivamente o Centro de Saúde de Valença irá ter aberto o serviço de “urgências”, no período noturno. -----

- Do **Sr. Deputado José Nogueira**, para partilhar, mesmo correndo o risco de ser processado, o conteúdo de três emails dirigidos ao Exmº. Srº. Presidente da Câmara, Jorge Mendes que, no seu entender, por equívoco lhe chegaram à sua caixa de correio eletrónico, tendo procedido à sua leitura. O 1º referente aos membros da Assembleia Municipal que o governo pretende que numas próximas eleições não se possam candidatar ao órgão; o 2º com a falta de pavimentação em Santo Ovídio – Sanfins; o 3º tem a ver com um agradecimento ao cumprimento da ideia apresentada pelo Partido Socialista para a retirada das árvores na Avenida dos Inválidos, na freguesia de Valença. -----

- Da **Sra. Deputada Raquel Sanches**, para se congratular que, como o turismo gastronómico é uma das principais atrações turísticas e um fator de desenvolvimento económico e social, pelo 6º ano consecutivo a Lampreia do Rio Minho irá estar na mostra gastronómica dos “Sabores da Lampreia” na Comunidade Pescatória de São Pedro da Torre, nos dias 20 a 22 de Março próximo. Iniciativa esta da autoria da Câmara Municipal, Junta de Freguesia de São Pedro da Torre e Associação de Sabores do Rio Minho, tendo enunciado as diversas formas que a mesma irá ser confeccionada, bem como, que irá ser acompanhada com uma das sete maravilhas da gastronomia, o Caldo Verde. Acrescentou que também farão parte da degustação os famosos vinhos verdes da região e as singulares sobremesas. Em suma, enalteceu este evento como uma afirmação de Valença e dos Valencianos, quer a nível nacional quer internacional. -----

- Da **Sra. Deputada Paula Natal** para prestar uma homenagem de reconhecimento ao jovem valenciano Ricardo Lopes, pelo seu empenho, dedicação e mérito pelos muitos e variados

títulos alcançados na modalidade desportiva de Judo. Acrescentou que é um atleta que, com apenas 16 anos de idade, se consagrou campeão nacional de Judo, com mais uma medalha de ouro na sua categoria, motivo de honra para todos e em especial para a sua terra. Atualmente possui graduação do 2º kyu que corresponde ao cinturão de cor azul, tendo enunciado as cores dos diversos kyu e sua escala, bem como, que apenas lhe falta atingir dois patamares na escala dos cinturões e, participou em inúmeros campeonatos nacionais e internacionais, estágios na seleção nacional, bem como, no estágio europeu, na super taça de Espanha, tendo subido ao pódio. Em suma, conquistou desde 2009, ano em que iniciou esta modalidade de desporto, trinta e três títulos, dezassete dos quais são medalhas de ouro, alcançados tanto a nível nacional como internacional, frisando ser um atleta de referência quer para o Clube Judo de Valença quer para Valença, valencianos, amigos e família. Por último, fez votos de muitos mais sucessos, especialmente, para o Mundial, felicitando-o pelo seu desempenho. -----

- Da **Sra. Deputada Inês Ferreira**, para tecer alguns considerandos, na sequência da intervenção efetuada pelo Sr. Deputado Álvaro Gomes, que não há melhor local para se comemorar as memórias de um Santo que não seja o local de nascimento. Acrescentando a este respeito que quando as comemorações eram feitas em Valença, as presenças apenas eram dos políticos, notoriamente não havia adesão por parte da população desta freguesia de Valença. Contrariamente aquilo que se tem vindo a verificar nas comemorações deste Santo desde que se começaram a fazer na sua freguesia de origem, a população acarinhou a ideia e inclusivamente participa. Se efetivamente se vier a descentralizar dever-se-á previamente sensibilizar a população de Valença. -----

Seguidamente para questionar, na base do conhecimento de que a animação natalícia é uma aposta deste Município, se existe estimativa do fluxo de turistas que visitaram Valença, nessa mesma quadra. -----

Também solicitou ao Sr. Presidente da Câmara a partilha do impacto da participação deste Município nas Feiras de Turismo de Madrid e Lisboa. -----

Finalizando a sua intervenção e, em jeito de crítica à intervenção efetuada pelo Sr. Deputado José Nogueira, relativamente à leitura de correspondência da qual não era o destinatário, considerar, na sua opinião pessoal e política, que foi um oportunismo político proceder à leitura do seu conteúdo numa sessão deste órgão, quando deveria ter efetuado a sua devolução com a menção do engano. -----

- Do **Sr. Deputado José Nogueira** para esclarecer a Sr<sup>a</sup>. Deputada Inês Ferreira que deveria ter subentendido que a leitura dos emails como figuras de estilo para expor assuntos de interesse para este Município, tendo procedido à explicação de cada um deles. -----

- Da **Sra. Deputada Inês Ferreira** para, na sequência do esclarecimento prestado pelo Sr. Deputado José Nogueira, dizer que foi eleito para defender e tratar dos assuntos do Município com rigor, seriedade e honestidade intelectual. -----

Seguidamente, pelo o **Sr. Presidente da Mesa** foi estipulado mais 30 segundos para prestar os esclarecimentos que o Sr. Deputado José Nogueira entender por convenientes, de forma a não dar azo a que sejam pedidos mais esclarecimentos ou defesa da honra. -----

- Pelo **Sr. Deputado José Nogueira** foi afirmado que ninguém mais do que o próprio defende

a credibilização deste órgão, contudo e usando da liberdade de expressão, utilizou a ironia no sentido de focar assuntos sérios. Contudo, como verificou que esta sua intervenção feriu suscetibilidades quer do Sr. Presidente de Câmara quer dos Srs. Deputados, pediu desculpa publicamente, referindo de forma alguma pretendia ofender, acrescentando que de futuro utilizará outro tipo de linguagem. -----

O **Sr. Presidente de Mesa** deu por terminadas as interpelações, tendo dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por demonstrar o seu desagrado para com a atitude do Sr. Deputado José Nogueira, mesmo tendo este repostado a verdade. Entendeu no entanto responder-lhe às missivas, começando por referir que terá a oportunidade de verificar que a estrada de Santo Ovídio, em Sanfins está a ser repavimentada, mesmo sendo um local de pouca população residente e por isso considerado como um investimento elevadíssimo. -----

Quanto às árvores existentes na Avenida dos Inválidos, informou que as mesmas foram retiradas e transferidas para um local junto à Muralha, tendo sido colocado lajeado em sua substituição, bem como, se procedeu à recolocação do lajeado junto ao Tribunal, conforme o poderá confirmar. -----

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Cláudia Labrujó, referiu que é objetivo da Câmara Municipal colmatar as situações que necessitam de melhoramentos, contudo nem sempre é viável. Quanto à Ecopista, junto à Ponte Internacional, será executada uma rampa de acesso que irá ser calcetada com cubo, drenagem de águas pluviais e proteção de madeira. Mais informou que, com a devida autorização da Marinha foi efetuado o depósito de terras, junto à essa mesma Ponte, de forma a colmatar o problema da erosão provocada pelas marés, bem como, que o mesmo foi feito noutras freguesias junto ao rio. Quanto ao saneamento, já foi informada que o mesmo só será resolvido numa 4ª fase de empreitada da Fortaleza. Em relação à retirada do Amianto nas Escolas, frisou que a Câmara Municipal decidiu proceder à sua remoção, mesmo não tendo sido considerado como prioritário pelo Ministério da Educação. Mais foi informada da evolução dos projetos reconhecidos pela Assembleia Municipal como de relevante interesse publico, sendo eles “Parque Aquático e de Karting” e “Convento de Ganfei”. -----

Relativamente ao passatempo “SER +”, é um desafio nacional, que foi proposto à Câmara Municipal por um jovem Valenciano e Valença é a 4ª Cidade a ter participação neste género de atividades. -----

Relativamente à realização das comemorações do São Teotónio, na Freguesia de Ganfei, considera manifestamente interessante, porque para além de ser o local de origem do Santo é, sem dúvida um espaço convidativo, em que participam um conjunto de individualidades e sobretudo um avultado numero de população que enobrece o ato, contrariamente aquilo se passava quando se comemoravam na freguesia de Valença. Mencionou a intenção da Câmara Municipal em que o São Teotónio, 1º Santo Português, tenha assento na Capela em Roma junto dos restantes santos portugueses. -----

Seguidamente, para frisar que Valença tem lutado por ter uma marca de referência, tendo enunciado o “Caldo Verde”, como uma das sete maravilhas e o Festival da Lampreia como prato de excelência. Continua a ser um evento gastronómico, com crescimento ativo, em que é notória a participação de toda a população, tendo referido outros eventos que começam a

caminhar nesse sentido. -----

Relativamente à questão colocada sobre o Equipamento de Proteção Civil, informou que foi uma candidatura conjunta da Câmara Municipal com a CIM – Alto Minho em que 15% do seu valor total é compartilhado pelo primeiro, bem como, informou que os mesmos foram recebidos no passado dia 09 do corrente mês e que oportunamente serão entregues. Quanto aos painéis, informou das diligências efetuadas junto da entidade competente para essa matéria, a EP. -----

Prosseguindo, reconheceu todo o trabalho desenvolvido e títulos alcançados pelo atleta do Judo Clube de Valença, Ricardo Lopes, bem como, à modalidade e ao respetivo Clube que embora sendo uma atividade desportiva que passa despercebida, tem demonstrado notoriamente resultados que enobrecem Valença e seus Valencianos, ao qual a Câmara Municipal tem apoiado quer a nível financeiro, quer a nível logístico. -----

Também, reconheceu o trabalho desenvolvido e títulos alcançados pela atleta Valenciana praticante na modalidade de desporto de atletismo em Espanha, Solange Pereira, com um brilhante percurso internacional. Mais referiu que foi madrinha de uma prova de atletismo que este Município levou a cabo o âmbito da Eurocidade, denominada de “Eurocidade 10”. -----

Mais referiu que Valença tem atividades desportivas que cada vez mais são reconhecidas e com resultados esmagadores, as quais o Governo Português deverá começar a apoiar. -----

Relativamente à participação da Câmara Municipal nas Feiras Internacionais de Turismo em Madrid e Lisboa, o principal objetivo era representar o território e o projeto da Eurocidade. -----

Em relação à interpelação apresentada pelo Sr. Deputado Álvaro Gomes, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que já transmitiu ao Governo atual que não se encontra disponível para mais competências. -----

Prosseguindo e, em relação à proibição da pesca, o Sr. Presidente da Câmara informou que a Marinha esclareceu que a Diretiva Comunitária lançado pela União Europeia não se aplica à pesca artesanal, pelo que esta se encontra salvaguardada. -----

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Óscar Silva sobre as possíveis demolições mencionadas na entrevista dada à Vale Mais, referiu que quer no edifício Lepanto quer no Edifício Cabanas existem irregularidades das quais os proprietários já foram informados, que a não serem colmatadas, a autarquia terá que tomar diligências no sentido da sua demolição. ---

Quanto ao uso das viaturas que se encontram ao serviço da autarquia, aconselhou-o a apresentar queixa. -----

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal e propôs, terminado que estava o ponto da ordem de trabalhos, um **intervalo** de 10 minutos tendo a sessão sido **interrompida às 11h e 10m**. -----

Retomados os trabalhos da sessão, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que passariam ao período seguinte. -----

### III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”.

PONTO 1º – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à abertura de inscrições ao primeiro ponto do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscritos os seguintes Deputados: Cláudia Labrujó, José Nogueira, António Pereira, Fernando Fernandes, Óscar Silva e Aurélia Correia. -----

- Da **Sra. Deputada Cláudia Labrujó** para solicitar esclarecimentos quantos aos processos Judiciais enumerados em 5, 6, 12, 13, 14, 15 e 16. -----

- Do **Sr. Deputado Fernando Fernandes** para referir que não necessita de advogados de defesa, porque até ao momento, enquanto Presidente da União de Freguesia de Gondomil e Sanfins, tem tido um papel ativo na defesa dos assuntos e necessidades que com as mesmas se relacionam. Também referir que o Município tem programação de obra para as duas freguesias da qual é o Presidente, o que denota igualdade de tratamento. -----

- Do **Sr. Deputado Óscar Silva** para reforçar aquilo que o Partido Socialista tem vindo a defender quanto à existência de um plano “B” para realização do evento da Fortaleza do Chocolate e dos Namorados de forma a evitar que as condições climatéricas fossem um entrave à realização do mesmo, como se verificou. Denota-se falta de estratégia da Câmara Municipal, no setor do turismo e da divulgação, porque em cinco anos de mandato a Câmara Municipal continua, apesar de tão badalado pelo seu Presidente, sem evento de referência na região. Utilizando tom irónico, referiu que surgiram comentários que a alteração deste evento se deveu à coincidência com o evento da Caminha Doce e, que por sua vez os expositores convidados preferiram expor nesse evento. Considera que um evento de referência é aquele que traz milhares de visitantes para divulgarem o nome do concelho de forma elevada e quando o Sr. Presidente da Câmara compara o evento de Valença com as Feiras do Alvarinho e do Fumeiro de Melgaço e de Montalegre, demonstra não ter a noção da dimensão das mesmas. -----

Ficou esclarecido quanto ao fato de a diretiva comunitária não proibir a pesca artesanal, considerada como uma tradição. -----

Aconselhou o Sr. Presidente a alterar o nome do evento atendendo a que o dia dos namorados já se celebrou em fevereiro e em nada se vai identificar aquando da realização da festa do chocolate. Finalizando, disse que este evento está condenado ao insucesso. -----

- Do **Sr. Deputado José Nogueira** para, em tom irónico, reforçar a opinião transmitida ao Sr. Presidente da Câmara pelo Sr. Deputado Óscar Silva, dizendo que a justificação utilizada por este executivo para que o evento seja um sucesso é “que o público alvo da festa do Alvarinho e do chocolate é completamente diferente, isto vai ser um sucesso”. -----

Prosseguindo, considera um desperdício financeiro que se adjudique uma empreitada para repavimentar a estrada de Santo Ovídio, em Sanfins, após ter sido colocado areão e alcatrão.

Em relação ao explanado pelo Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Gondomil e Sanfins, Fernando Fernandes, entendeu dizer-lhe que como Deputado Municipal se encontra a defender os interesses do Município, bem como, esclareceu que, em campanha eleitoral, defendiam que não se deveriam unir freguesias contra a vontade da população. Mais considera que os Presidentes da Junta de Freguesia não deveriam fazer parte do órgão deliberativo porque fazendo parte, também, de um órgão executivo, dificilmente se deliberam

bem causas próprias. -----

Mais referiu, no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, em relação à recolocação das árvores da Avenida dos inválidos, que não verifica a sua colocação na zona junto à muralha. Por outro lado, como por motivos profissionais circula na zona circundante ao Tribunal de Valença, não verifica manifestamente aquilo que o Sr. Presidente sobre o lajeado, verificando no entanto o persistente cheiro nauseabundo e a sua falta de resolução. -----

Mais referiu que se deveria proceder à substituição de uma lâmpada fundida na Rua Guilherme José da Silva. -----

Seguidamente, para solicitar informação sobre a aprovação para a instalação de uma câmara de vídeo vigilância, o motivo e se existe pedido prévio, atendendo a que alguns princípios deverão ser acautelados e ponderados, no sentido de não afetar a liberdade de movimentação da população, defendendo o direito, nos espaços públicos, à reserva de intimidade. -----

Prosseguindo questionou se a Comissão Multidisciplinar Integradora será para extinguir. -----

Considerou um passo importante para este órgão a alteração do regimento da Assembleia Municipal.-----

Em relação à ausência de reuniões da Comissão de Aterro Sanitário questionou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o motivo de tal pertinência face à diversidade de assuntos que atualmente existem, em matéria de resíduos, para se debaterem.-----

- Do **Sr. Deputado António Pereira** para, como depreendeu através da análise da sua informação escrita, tal como já no ano passado se verificava consistência financeira, se poder afirmar que o Município goza de uma situação financeira sustentável que aliada ao atual clima de recuperação de confiança que o país começa a viver, questionar o Sr. Presidente da Câmara se o Município já reúne condições financeiras para pensar em investir de forma mais ostentada e em caso afirmativo quais os principais projetos a curto prazo. Também solicitou informação, atento à análise que efetuou da situação das empreitadas, quanto à obra de grande envergadura que se está a levar a efeito, o CILV – Centro de Inovação e Logística, atendendo a que é um investimento de elevado cariz económico, se poderá beneficiar do próximo quadro comunitário de apoio. Por último, para quando se encontra previsto o início de execução de redes de águas residuais, 2ª fase - Friestas. -----

- Da **Srª. Deputada Aurélia Correia** para felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela resolução do processo judicial em que o autor é Carlos José Fernandes & Companhia, o qual interpôs uma ação administrativa comum sob a forma ordinária, solicitando a condenação do Município de Valença ao pagamento da quantia de €340.075,70 (trezentos e quarenta mil setenta e cinco euros e setenta cêntimos), em que foi proferida sentença julgando improcedente a ação e absolvendo o Município. Seguidamente, para voltar a questionar o que se passa com o processo judicial enumerado em treze em que o autor é Zhu Haiyong em que interpôs uma ação administrativa especial solicitando a declaração de invalidade do ato que ordenou a cessação de utilização do edifício construído no lote 2, lugar de Val Flores, Valença, onde foi instalada uma loja comercial. -----

Finalizadas as interpelações, o Sr. Presidente da Câmara começou por dizer em relação ao processos judiciais o seguinte: -----

- **2** – Ação administrativa comum sob a forma ordinária, interposta Carlos José Fernandes & Companhia, a solicitar a condenação do Município de Valença ao pagamento da quantia de €340.075,70 (trezentos e quarenta mil setenta e cinco euros

- e setenta cêntimos), em que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga decidiu que a ação era improcedente e absolveu este Município. -----
- **5** – Diferendo entre a Generali – Companhia de Seguros, S.P.A. contra o Município de Valença e outros, ação administrativa comum sob a forma sumária, em que solicita a condenação no pagamento de quantia de €5.529,33 (cinco mil quinhentos e vinte e nove euros e trinta e três cêntimos) acrescidos de juros de mora legais até efetivo pagamento em que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, absolveu o Município, tendo a autora recorrido para o Tribunal Central Administrativo do Norte, aguardando a decisão. -----
  - **6** - Ação com processo ordinário em que a autora é a empresa Águas do Noroeste, S. A. interposta contra o Município de Valença parta pagamento da quantia de €81.477,84 (oitenta e um mil quatrocentos e setenta e sete euros e oitenta e quatro cêntimos) acrescida de juros vincendos, em que atualmente se encontra a correr trâmites no Tribunal administrativo e Fiscal de Braga. -----
  - **9** – Tem a ver com uma ação declarativa comum com processo ordinário em que o autor é o Município, em que reivindica a parte do Edifício da Alfândega ocupada por Afonso José Ferreira da Cunha e outros, com marcação de audiência prévia para março. -----
  - **12** – Ação administrativa especial em que os autores são o Município de Valença e o do Vila Nova de Cerveira contra o Conselho de Ministros, solicitando a anulação de vários atos que visam a privatização da EGF – Empresa Geral do Fomento, aguarda marcação de audiência prévia. -----
  - **13** – Ação administrativa especial, em que autor é Zhu Haiyong solicitando a declaração de invalidade do ato praticado pelo Município de Valença que ordenou a cessação de utilização do edifício construído no lote 2, lugar de Val Flores, Valença, onde foi instalada uma loja comercial, aguardando marcação de audiência prévia. -----
  - **14** – Injunção da Ovnitur – Viagens e Turismo, Lda, em que solicita que este Município pague da quantia de €6.485,93, acrescida de juros de mora, por serviços prestados nos circuitos especiais dos transportes escolares. Aguarda marcação de audiência prévia. --
  - **15** – Inquérito em que o queixoso é o Município de Valença que apresentou queixa contra incertos e uma pessoa identificada como autor material, pela pratica de vários crimes relacionados com a entrada na Quinta de Sanfins. Fase de inquérito. -----
  - **16** – Ação administrativa comum interposta por Maria Armada de Carvalho Esteves de Castro, em que solicita a nulidade da decisão da “CMV” que declarou a autora na situação licença sem vencimento de longa duração; pediu também a “reintegração” em serviços adequados à sua situação clínica e pagamento diário de indemnizações. Fase de articulados. -----

Seguidamente, informou que o Município está a levar a cabo uma intervenção na Quinta de Sanfins, quer em limpeza quer em pavimentação do caminho de acesso ao convento. Está ser feita calçada com recursos próprios, além de melhorias de segurança nos respetivos muros. Informou que irão proceder à substituição dos eucaliptos por outro tipo de plantação. -----

Relativamente à estrada de Santo Ovídio, dado que não apresentava as condições de segurança necessárias, procederam à reposição de betuminoso com os recursos humanos próprios, informando que a empreitada foi adjudicada à empresa “Naron” através de concurso publico. -----

Relativamente ao saneamento, informou que o cheiro nauseabundo é provocado pelo fato de os edifícios envolventes ao largo do Tribunal não estarem ligados diretamente à conduta de



saneamento, tendo explicado que o método aplicado não foi o melhor e que apenas se poderá tentar resolver numa 4ª fase da Fortaleza. -----

Quanto à lâmpada, referiu que o problema se encontra no tipo de ligação efetuada e não no material, dado que os fusíveis se encontram dentro da galeria apanhando humidade. Estão a pensar em mudar a iluminação pública dentro da Fortaleza, por Led's, contudo frisou que não é fácil atendendo à estrutura das lâmpadas não serem compatíveis com as Led's, estando em fase de procedimento para a sua substituição. -----

Em relação à questão da câmara de vídeo vigilância, informou que apenas é um sistema de contagem de entrada e saída da Fortaleza. Informou que foi testada no dia em que esteve cá a TVI e entraram 13.000 (treze mil) pessoas tendo, por isso, sido notório que os eventos em Valença produzem efeitos. Quanto à que se encontra instalada na Coroada serve para leitura ótica das matriculas e contagem de veículos. O processo está em fase de instalação e teste e irá estar licenciado pela Comissão Nacional de Protecção de Dados, portanto não irá afetar o direito à reserva de intimidade, nos espaços públicos. Também referiu que é intenção desta Câmara Municipal a colocação de câmara nas rotundas de Valença e dentro da Fortaleza. -----

Relativamente à “Fortaleza do Chocolate” ficou contente por Sr. Deputado Óscar Silva concordar e ter mudado de opinião e considerar este evento como de referência. Quanto à existência de um plano “B”, não é intenção deste executivo utilizar carpas para a realizar de um evento desta dimensão, porque entendem que não é funcional. Mais referiu que em relação à coincidência de data para a realizar deste evento com a Festa do Alvarinho e do Fumeiro de Melgaço, esclareceu o Sr. Deputado que, este Município, não está a competir com nenhum outro, porque o evento de Valença irá decorrer durante o dia e o de Melgaço à noite, nada impede que ambos sejam eventos de sucesso. Mais referiu que esta alteração não se deveu pelo fato de no mesmo fim de semana existir o evento de “Caminha Doce”. Foi um evento ao qual aderiu e no dia em que lá passou tinha pouca adesão. -----

Relativamente aos equipamentos de proteção civil informou da data precisa em que os mesmos foram recebidos e que uma parte é comparticipada pelo Município. -----

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Mesa** procedeu à abertura da segunda ronda de interpelações, tendo os Srs. Deputados Cláudia Labrujó, Fernando Fernandes e Aurélia Correia prescindido. -----

- Do **Sr. Deputado Óscar Silva**, para desmentir categoricamente que alguma vez tenha dito que o evento da “Fortaleza de Chocolate” era um evento de referência, mas sim que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, tem vindo sucessivamente a afirmar que esse poderia ser um evento de referência para o nosso Município. Seguidamente para referir que “Caminha Doce” no dia em que lá passou tinha muita afluência e foi divulgado na comunicação social como um grande evento. -----

Por último, para afirmar que a “Festa do Alvarinho”, em Melgaço tem maior fluxo de adesão à noite, e que durante o dia existem atividades com os costumes locais em que a população adere. Portanto, considera que não é argumento suficientemente válido utilizar a expressão de que o evento do Chocolate encerra às 19h00 e a festa do Alvarinho é posterior. -----

- Do **Sr. Deputado José Nogueira** para referir que não concorda com o discurso que o Sr. Deputado António Pereira fez, bem como, entende que deste documento não se infere que Município esteja com situação financeira sustentável, a não ser que tenha conhecimentos aprofundados sobre esta matéria.-----

Em jeito de crítica, para dizer que estão a montar câmaras de vídeo vigilância no pressuposto da sua autorização, não concorda que não haja prévio acórdão. -----

- Do **Sr. Deputado António Pereira** para rebater a última intervenção frisando que neste documento se verifica uma dívida, atual, de cinco milhões de euros, comparada com a de catorze milhões com que o atual executivo se deparou no seu primeiro mandato. Portanto, desde então tem-se vindo a verificar constantes melhorias financeiras e consolidação de dívida. E aquilo que foi dito há pouco na sua intervenção é que existe, em relação ao ano passado, uma ligeira melhoria, motivo que o levou a questionar o Sr. Presidente da Câmara se, realmente, estávamos perante uma situação de melhorar o nível de investimentos. Mais referiu que para se chegar a esta conclusão basta comparar este documento com o do ano anterior. Aproveitou para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara para lhe responder às outras duas questões por si colocadas, atendendo a que não teve oportunidade de o fazer. -----

O Sr. Presidente da Mesa, voltou a dar a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para proceder à resposta a estas novas interpelações. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu o Sr. Deputado Óscar Silva que, em relação à “Fortaleza do Chocolate”, que aquilo que foi dito é que, comparando a intervenção por si efetuada no ano passado na qual diminuiu os eventos realizados por este Município, denominando-os “festinhas” com a deste ano em que já reconhece um evento importante. Em relação à festa do Alvarinho recordou o seu início com poucos expositores e que devido à persistência do Presidente de Câmara de Melgaço de então, António Rui Esteves Solheiro e dos produtores foi crescendo e, atualmente é um evento de referência da região. Inclusive, frisou que este evento do Concelho de Melgaço repercute benefícios excecionais para Valença, a nível hoteleiro, de restauração e comércio. -----

Mais referiu que se deparou, na participação da Feira de Turismo de Lisboa, com a dificuldade que os operadores turísticos têm em colocar Valença no circuito turístico e não o podem fazer porque a capacidade hoteleira está na sua maioria das vezes esgotada. Depreendendo, por esta razão, da necessidade da existência de um Hotel de 4 estrelas. E em relação à restauração, o Município tem incentivado a mudarem de hábitos de forma a flexibilizarem os valores para grupos, cativando assim o turista. -----

Relativamente às intervenções dos Srs. Deputados António Pereira e José Nogueira para referir que no dia 20 de Fevereiro ainda não tinham chegado os duodécimos à Câmara Municipal e, por outro lado, frisar que com duas faturas do CILV – Centro de Inovação e Logística de Valença rapidamente se tem um valor avultado para pagamento a uma só entidade. Portanto aquilo que se encontra em conferencia é insignificante. Nesta matéria, fez termos de comparação entre a atualidade e o início do seu primeiro mandato, tendo considerado ter havido uma evolução positiva atendendo às circunstâncias financeiras com que se deparam quer o País quer os autarcas. É, contudo, notória alguma capacidade financeira para proceder a alguns investimentos, estando, no entanto, muito dependentes de candidaturas comunitárias. Enunciou futuros investimentos, bem como, que este ano a Câmara Municipal vai amortizar mais seiscentos mil euros de dívida. -----

Mais informou que a Câmara Municipal ao adquirir o património da Interminho, valorado em três milhões de euros, também ficou com o empréstimo à Caixa Geral de Depósitos de cerca um milhão de euros, tendo intenção de renegociar esta dívida. A internalização e a dissolução é um processo que se encontra na sua fase final, contudo as Conservatórias dos Registos

Comercial têm tido algumas dificuldades no entendimento quanto à dissolução. -----

**PONTO 2º – ACORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE VALENÇA E AS ÁGUAS DO NOROESTE, S.A**

Por deliberação da Câmara Municipal de 30 de Janeiro último foi apresentada proposta para a realização do acordo entre o Município de Valença e as Águas do Noroeste, S.A., do qual consta os seguintes documentos: -----

- Contrato de afetação de captações municipais; -----
- Contrato de fornecimento de água; -----
- Contrato de recolha de efluentes; -----
- Auto de entrega de infraestruturas de abastecimento de água; -----
- Auto de entrega de infraestruturas de saneamento básico de águas residuais. -

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Mesa** procedeu à abertura para inscrições, tendo-se registado os Srs. Deputados Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Paula Natal, e Sebastião Alves. -----

- **Da Sr<sup>a</sup>. Deputada Cláudia Labrujó** para referir que se recorda que aquando da aprovação da entrega das águas à extinta Águas do Minho e Lima, agora designada por Águas do Noroeste, S.A. , que o Partido do CDS se absteve e o CDU votou contra, sendo que o PSD e o PS votarão favoravelmente, não entendendo, agora, o rigor e sentido com que foram, então, aprovadas situações sem analisar ao pormenor os pós e os contras presentes e futuros. Tendo tido como consequências o aumento quer das taxas de água quer dos resíduos sólidos, pelo que a CDU irá votar contra. -----

- **Do Sr. Deputado Óscar Silva** para, na sua opinião, referir que apesar de Câmara alegar compromissos assumidos não significa que não pudesse renegociar algumas cláusulas constantes deste Acordo e que, possivelmente, se iriam refletir nos consumidores. Mesmo compreendendo a inevitabilidade da subscrição de tal acordo, imposto por lei, às autarquias, o voto do Partido Socialista com assento nesta Assembleia, será de abstenção, que se traduz num grito de revolta e de aviso a torpecias, relativamente a bens e serviços essenciais à vida Humana, como é a água. -----

- **Da Sr<sup>a</sup>. Deputada Paula Natal**, para referir que como se pode verificar do enquadramento deste acordo, a extinta Águas do Minho e Lima, no ano 2000, tinha celebrado com este Município um contrato de abastecimento de água e outro de recolha de efluentes. De notar que com a fusão de várias empresas surge agora as Águas do Noroeste, baseada num sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento, na qual este Município é integrado pelo fato de ser utilizador. Acrescentou que, surgiu um novo contrato em 2010 pelo período de 50 anos. Em suma, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que esclareça de forma clara todo este processo, a saber, o contrato de afetação de captações municipais, contrato de fornecimento de água, contrato de recolha de efluentes, auto de entrega de infraestruturas de abastecimento de água, auto de entrega de infraestruturas de saneamento básico de águas residuais, bem como, o Protocolo de Cooperação. -----

- **Do Sr. Deputado Sebastião Alves**, para questionar que procedimento se encontra em falta para que as Águas do Noroeste não tenham que devolver à Comunidade Europeia o avultado numero de verbas investidas neste Concelho por esta empresa nas dezenas de torres

instaladas, bem como, e implementação da Telegestão. -----

Finalizadas as questões, o **Sr. Presidente da Câmara** começou por referiu que este é um processo que se iniciou no ano 2000 e que nessa altura foi assinado um acordo aprovado pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal para o abastecimento publico de água e recolha de efluentes. Acrescentou que são inegáveis os avultados investimentos feitos pela extinta Águas do Minho Lima, neste Município, neste setor, com a participação da Comunidade Europeia, o que expensas próprias, o Município não tinha capacidade de alavancar tal investimento. -----

Contudo tem-se vindo a fazer alguns investimentos neste setor, nomeadamente, reforçando algumas captações de forma a injetar mais água no sistema de abastecimento. -----

É certo que a União Europeia exige a devolução de 75 milhões de investimentos aplicados no Alto Minho, caso as Águas do Noroeste não comprovem que o sistema está a funcionar. Claro está que não interessa aos Municípios do Alto Minho que isto aconteça, porque iria originar a insolvência dessa empresa e consequentemente, acionar a devolução da verba investida pelos respetivos Municípios. -----

Acrescentou, que quer os contratos quer os auto de entrega de infraestruturas, que é processo que será feito progressivamente até 2020, tendo explicado de que forma se irá processar. -----

Por último, para referir que o Sr. Deputado Sebastião Alves focou um assunto muito interessante, o sistema de telegestão que as Águas do Noroeste implementou, explicando que é um sistema pressupõe a existência de uma infraestrutura de monitorização e controlo, composta por diversos tipos de equipamentos, de modo a permitir a realização de ações remotas de sinalização, comando, aquisição de dados e videovigilância nos respetivos núcleos operacionais e centro de controlo central. -----

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Mesa** procedeu à abertura de inscrições para a segunda ronda, tendo os Srs. Deputados prescindido. -----

Passou-se, de seguida, à votação deste ponto tendo a Assembleia Municipal deliberado num universo de **28 Deputados, por maioria**, com voto contra da Sr<sup>a</sup>. Deputada Cláudia Labrujó e abstenções dos Srs Deputados Álvaro Guimarães, Óscar Silva, Vasco Oliveira, Ana Tomé, Mário Cruz, Avelino Gonçalves, Augusto Esteves e José Roda, aprovar o

- Contrato de afetação de captações municipais; -----
- Contrato de fornecimento de água; -----
- Contrato de recolha de efluentes; -----
- Auto de entrega de infraestruturas de abastecimento de água; -----
- Auto de entrega de infraestruturas de saneamento básico de águas residuais. –

Mais foi deliberado agora, **por unanimidade**, não transcrever o dito acordo atendendo à sua extensão, ficando a constar da pasta anexa a este livro de atas. -----

**PONTO 3º – ADENDA AO CONTRATO DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM A EMPRESA SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. - AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL**

Por deliberação da Câmara Municipal, de 26 de fevereiro corrente, foi apresentado o pedido de autorização para assunção de compromisso plurianual com a empresa “SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., referente à adenda celebrada entre esta empresa e a Câmara Municipal de Valença no dia 20 de novembro de 2014. -----

Seguidamente, **Sr. Presidente da Mesa**, solicitou que fossem facultadas cópias da certidão da deliberação tomada pela Câmara Municipal, referente a esta adenda. -----

Após a distribuição por todos os membros desta Assembleia Municipal, **o Sr. Presidente da Mesa** propôs que se procede-se primeiro aos esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, tendo obtido concordância por parte do plenário. -----

Pelo **Sr. Presidente da Câmara** foi referido que este assunto se deve ao fato de o Tribunal de Contas ter solicitado ao Município comprovativo de como a Assembleia Municipal tinha autorizado a despesa com este contrato para além do ano 2018, atendendo a que no nosso Orçamento e Grandes Opções do Plano apenas constava previsão até esse ano. Fez uma breve explicação sobre a razão desta renovação e os principais aspetos relevantes para a mesma. -----

Finalizada a explicação, **o Sr. Presidente de Mesa**, procedeu à abertura de inscrições, tendo se inscrito os Srs. Deputados Cláudia Labrujó, Óscar Silva e Inês Ferreira. -----

- Da **Sr<sup>a</sup>. Deputada Cláudia Labrujó** para colocar várias questões, a saber: - Quais os serviços não previstos no contrato inicialmente custeados até então pelo Município;- Quais os desajustamentos do contrato de há cinco anos atrás; - Se nas aldeias aumentou o numero de recolhas por semana. -----

Relativamente a este ponto, considera que os serviços financeiros da autarquia deveriam ter acautelado esta situação, aconselhando o Sr. Presidente da Câmara a estar mais atento para que situações como estas não ponham em causa o seu bom nome. -----

Em suma, atendendo a que são contra a privatização da água e do lixo, irão votar contra.-----

- Do **Sr. Deputado Óscar Silva** para referir que não entende como é que não foi manifestada em 2014 a vontade de renovar o referido contrato, atendendo a que os preços têm descido generalizadamente e o Município com um novo concurso, poderia beneficiar. E que tal como aconteceu aquando da votação do Orçamento Municipal para 2015 irão votar contra esta adenda. -----

- Da **Sr<sup>a</sup>. Deputada Inês Ferreira**, para referir que se de facto se conseguiram efetuar mais serviços do que há um ano atrás pelo mesmo preço, então considera um excelente acordo.

Finalizadas as intervenções, **o Sr. Presidente da Câmara** começou por referir que as Opções do Plano e Orçamento para 2015 tem a previsão desta despesa até 2018. Aquilo que está aqui em causa é a previsão do compromisso plurianual pós 2018, exigido pelo Tribunal de Contas.-- Quanto ao concurso, informou que foi feita uma análise das adjudicações efetuadas por outros Municípios em 2014 e, a Câmara Municipal mesmo assim tem melhor preço. -----

Seguidamente, **o Sr. Presidente da Mesa**, deu a palavra aos Srs. Deputados para a segunda ronda de interpelações ao Sr. Presidente da Câmara, tendo todos eles prescindido. -----

Passou-se, de imediato, à votação deste ponto que num universo de **28 Deputados** foi autorizado, **por maioria**, com votos contra dos Srs. Deputados Cláudia Labrujó, Álvaro

Guimarães, Óscar Silva, Vasco Oliveira, Ana Tomé e Mário Cruz, a assunção do compromisso plurianual referente à adenda ao contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos celebrada entre Câmara Municipal e a empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., no dia 20 de novembro de 2014. -----

PONTO 4º – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE VÁRIOS POSTOS DE TRABALHO – RENOVAÇÃO

PONTO 5º – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO EXCECIONAL

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** referiu que, em reunião da Comissão Permanente ficou acordado discutir os pontos 4º e 5º em conjunto, sendo que a deliberação será efetuada por separado. -----

Por deliberação da Câmara Municipal de 12 de fevereiro corrente, foram presentes a esta Assembleia Municipal quer o pedido de renovação ao procedimento concursal para preenchimento de vários de trabalho quer o pedido de autorização para recrutamento excecional, para a emissão da respetiva autorização. -----

Seguidamente, com o convénio do plenário, o **Sr. Presidente da Câmara**, procedeu a uma breve explanação, sobre estes dois pontos, tendo mencionado que atualmente existe a obrigatoriedade de avaliações psicológicas, têm que ser realizados no INA – Direcção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Publicas ou com a autorização deste. Isto significa que os concorrentes terão de se deslocar à cidade de Lisboa para realizar os referidos testes e que em muitos casos dependendo da hora a que têm que lá estar, terão que se deslocar de véspera, para além da falta de capacidade financeira de muitos deles, também é um transtorno viajar demasiados Km para se fazerem testes para um concurso, para o qual é uma incerteza. Discorda desta decisão. -----

PONTO 4º – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE VÁRIOS POSTOS DE TRABALHO – RENOVAÇÃO

Finalizada a exposição efetuada pelo Sr. Presidente de Câmara, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a renovação do procedimento concurso para preenchimento de vários postos de trabalho, tendo obtido, num universo de **27 Deputados**, aprovado **por unanimidade**. -----

PONTO 5º – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO EXCECIONAL

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta de autorização para recrutamento excecional, tendo sido, num universo de **27 Deputados**, aprovado **por unanimidade**. -----

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Sr. Presidente da Mesa** solicitou ao Sr. Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de **27 Deputados** aprovada **por unanimidade**. -----

De seguida o **Sr. Presidente da Mesa**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados e

agradeceu mais uma vez a colaboração que todos os Membros tiveram com a Mesa na realização da presente sessão. -----

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Ata, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal Alberto Luís de Oliveira Vilas** e pelo Assistente Técnico que a redigiu. -----

<b>O Assistente Técnico de Apoio à Assembleia Municipal</b>	<b>O Presidente da Assembleia Municipal</b>
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas